

## Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais

**Márcia Maria Duarte dos Santos**

Pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais  
[mdsantos@yahoo.com.br](mailto:mdsantos@yahoo.com.br)

**Maria Cândida Trindade Costa de Seabra**

Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais  
[candidaseabra@gmail.com](mailto:candidaseabra@gmail.com)

### RESUMO

O “Mapa da Capitania de Minas Gerais com as Devisas de suas Comarcas” e a “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais” são fontes primárias de informação e memórias históricas de um patrimônio lingüístico de grande interesse para os estudos toponímicos. Objetos de estudo deste trabalho, foram analisados desses mapas os topônimos referentes aos assentamentos da população, circunscritos a Comarca do Serro Frio, território composto, atualmente, por municípios mineiros, em sua maioria, das mesorregiões geográficas Jequitinhonha, Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte. Os resultados, alcançados com a análise dos dados estudados, são apresentados por meio de verbetes, diagramas e mapas que evidenciam as camadas dialetais presentes na língua padrão e a distribuição toponímica em categorias taxionômicas referentes aos principais padrões motivadores dos topônimos brasileiros.

**PALAVRAS CHAVES:** Toponímia da Comarca do Serro Frio, Toponímia Histórica de Minas Gerais, Lingüística Histórica, Antropologia Lingüística, Fontes Cartográficas Históricas, Cartografia Histórica.

### I - INTRODUÇÃO

Os mapas históricos são fontes primárias de informação e memórias de registros onomásticos de grande valor para os estudos toponímicos. Dentre esses mapas, do acervo dos registros sobre o território de Minas Gerais, dois são de particular interesse para os estudos da toponímia mineira, considerando a data de sua realização, a credibilidade de seus autores e a fidedignidade de suas informações. Trata-se do “Mapa da Capitania de Minas Gerais com as Devisas de suas Comarcas” e a “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais” que, elaborados, respectivamente, em 1778 e 1804, estão entre os mais antigos documentos cartográficos sobre o território de Minas Gerais, sob a guarda de instituições arquivísticas e museológicas, no Brasil e no exterior. <sup>1</sup> Seus autores, José Joaquim da Rocha (1740 - 1804) e Caetano Luiz de Miranda (1774 -1837), são de origem diferentes e se ocuparam também com diferentes atividades.

<sup>1</sup> Exemplares do mapa de Rocha são encontrados no Arquivo Histórico do Exército - AHEx e na Biblioteca Nacional, ambas as instituições situadas no Rio de Janeiro, Brasil. O mapa de Miranda pode ser encontrado também no AHEx, RJ, Brasil e uma cópia no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infra-Estruturas do Exército, Lisboa, Portugal.

O primeiro, segundo RESENDE (1995, p.13-66), nascido em Portugal, veio do Reino, para servir no Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais, onde exerceu funções de engenheiro militar, um pouco antes ou durante o governo, daquela Capitania, de Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768). Considerado perito em questões estratégicas, profundo conhecedor do território das Minas, desenvolveu, entre outros trabalhos, os de mapeamento, até a sua baixa da carreira militar em 1778. Por essa época já tinha realizado o “Mapa da Capitania de Minas Gerais com as Devisas de suas Comarcas” e quatro outros, versando sobre as comarcas de Minas.<sup>2</sup> Esses mapas e as monografias sobre aspectos históricos e geográficos do território mineiro, essas elaboradas a partir dos anos oitenta dos setecentos e dedicadas aos seus governadores, foram muito difundidos e amplamente utilizados, na elaboração de documentação pelo Governo da Capitania e em textos da historiografia sobre as Minas setecentista.<sup>3</sup> Além desses trabalhos mais conhecidos, sabe-se que o autor produziu, embora não se conheça o contexto dessas produções, dois mapas – um do julgado das cabeceiras do rio das Velhas, em 1780, e outro da região do rio Doce, em 1798, respectivamente das regiões noroeste e leste da Capitania.<sup>4</sup>

Por sua vez, Miranda nasceu na Capitania de Minas Gerais, no arraial de Santo Antônio do Tijucu (Diamantina, sede municipal), e trabalhou como funcionário da Intendência da Demarcação Diamantina, onde suas habilidades artísticas foram muito solicitadas. É de sua autoria, entre outras iconografias, uma vista panorâmica de uma lavra de diamantes no rio Jequitinhonha, datada de 1803, que foi ofertada pelo Intendente Modesto Antônio Mayer (1801-1807) ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo (1803-1810).<sup>5</sup> Miranda foi também um cartógrafo competente, haja vista os três trabalhos que se conhece de sua autoria, realizados, provavelmente, para atender interesses da Intendência da Demarcação Diamantina. Os dois mais antigos - a “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais”, como já citado, de 1804, e o “[Itinerário da] Viagem de João Severiano Terrabuzi do Rio de Janeiro até a Vila do Bom Sucesso em Minas”, de 1814, apresentam-se delicadamente iluminados. Essa característica dessas cartas é comum a alguns dos mapas de Rocha, particularmente os realizados sobre as Comarcas de Minas, sugerindo que tenham sido feitos para homenagear ou a atender solicitação de pessoas de posição notável, considerando suas características estéticas. O mais recente, datado de 1820, que representa a freguesia da Vila do Príncipe (Serro, sede municipal), destacando nesta circunscrição, entre outras informações, os limites da Demarcação Diamantina, embora manuscrito e aquarelado, não é iluminado.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> Os mapas das Comarcas de Serro Frio, Vila Rica, do Rio das Mortes e de Sabará, todos de 1778, fazem parte dos acervos do AHEX – os três primeiros, e do Arquivo Público de Minas Gerais, APM, situado em Belo Horizonte, MG.

<sup>3</sup> Essa difusão e utilização da produção textual e cartográfica de Rocha, como registrado por RESENDE (1995, p. 47-49), ocorreram entre seus contemporâneos e posteriormente, e, muitas vezes, sem referência a sua autoria.

<sup>4</sup> A primeira representação é um manuscrito pertencente ao Ministério do Itamaraty - MI, situado no Rio de Janeiro, Brasil, intitulado “Mostrace neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas [rio Araguari] e parte da Capitania de Minas Geraes com a deviza de ambas as capitanias”. O segundo, também manuscrito e aquarelado, pertence a AHEX, RJ, Brasil.

<sup>5</sup> A iconografia “Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Jequitinhonha...”, um desenho em bico de pena e aquarela, faz parte do acervo do Museu do Ouro, - MO, Sabará, de Minas Gerais.

<sup>6</sup> Os mapas de 1804 e o de 1820 pertencem ao acervo do AHEX, RJ, enquanto o de 1814, ao do M.O., Sabará, MG, RJ. Outras informações sobre a cartografia de Miranda e dados biográficos podem ser encontrados nos trabalhos de SANTOS *et al* (inédito) e CINTRA *et al* (inédito), que estão sendo apresentados no III Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica (Ouro Preto, novembro de 2009).

## II - AS FONTES CARTOGRÁFICAS ANALISADAS E OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os elementos geográficos representados nos mapas, focados neste estudo, compreenderam assentamentos populacionais, mais e menos estáveis, como as vilas, arraiais, registros, guardas e patrulhas de soldados, excluindo-se as fazendas, as aldeias de gentios e os gentios ainda não aldeados. Sobre os elementos considerados, são representados por: i, Rocha, as vilas, sem distingui-las como sedes de comarca ou não; os arraiais, estes diferenciados segundo sedes de paróquias ou capelas, embora sem referência à sua denominação genérica; e registros, guardas e patrulhas de soldados, tomados em conjunto; ii, Miranda, as vilas, realçando a cabeça de comarca, como uma categoria à parte das demais; os arraiais, distinguindo os que tinham paróquias instaladas, chamando-os de arraiais freguesias, e outros tipos, um que chamou simplesmente de capelas, e, outro, arraiais, considerados como uma categoria e não uma denominação genérica; e os quartéis que parece compreender todos os elementos assinalados como registros, guardas e patrulhas de soldados por Rocha.

Esses elementos foram estudados circunscritamente à Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais - uma das quatro que constituíram o território da Capitania quando da sua criação em 1720, mas que foi aumentada em 1756, com a incorporação do extenso termo de Minas Novas, pertencente, anteriormente, à Capitania da Bahia. Nota-se que a ocupação e a valorização desse território foram impulsionadas pelas descobertas, primeiramente, de ouro, e depois, de diamantes, a partir da primeira década dos Setecentos e que ele abriga localidades muito antigas, criadas próximas às lavras e ao longo dos caminhos que levavam à Bahia. Limitada ao norte com as Capitanias de Pernambuco e Bahia, a leste, ao sul e a oeste, respectivamente, com a Comarca do Espírito Santo, a de Vila Rica e a de Sabará, seu território compreende, atualmente, municípios que compõem as seguintes mesorregiões geográficas mineiras: Jequitinhonha, Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte - com a maioria das ocorrências da toponímia estudada; e Vale do Rio Doce, Central Mineira, Vale do Mucuri - com poucas ocorrências.

A coleta referente aos elementos geográficos analisados contabilizou 95 topônimos, dos quais 40 são referentes ao mapa de Rocha e 55 ao de Miranda. A partir desse levantamento, buscou-se identificar referências atuais sobre a localização desses topônimos no espaço geográfico mineiro, inventariando aqueles que permaneceram - cerca de 42 ocorrências, seja com a mesma denominação registrada anteriormente, seja com nomes diferentes, anotando-se as mudanças. Em relação a esses *corpora* foram examinadas as origens e as motivações toponímicas sob o ângulo do ambiente, físico e antropológico. Tal postura encontra respaldo em SAPIR (1961, p.44) que define: o ambiente físico, em referência à topografia e ao clima de uma região, bem como à fauna, à flora e aos recursos minerais do solo, o que o autor chama de “base econômica da vida humana”; e o ambiente antropológico, concernentemente às forças sociais que “modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo”, tais como a religião, os padrões étnicos, a organização política e as manifestações artísticas. Considera-se, então, que embora haja dois grupos de fatores ambientais, o fator físico só se reflete na língua quando, sobre ele, atuou a força social, ou seja, o surgimento de um símbolo lingüístico reporta-se à influência da parte social do ambiente, aos membros do grupo que nele interagem.

É nessa perspectiva que se procedeu a análise dos nomes de lugares coletados, seguindo as taxionomias toponímicas sugeridas e adotadas por DICK (1990a, p. 31), que distribui em 27 *taxes* sua classificação. As

taxes de natureza física compreendem os astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos e zootopônimos. E as taxes de natureza antropocultural incluem os animotopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, dirrematopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, hierotopônimos, hagiotopônimos, mitotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos e somatotopônimos.

### III - TOPÔNIMOS DA REDE ONOMÁSTICA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Os topônimos pesquisados foram descritos em verbetes, onde são grafados como figuram nos mapas e segundo as classificações definidas pelos cartógrafos estudados.<sup>7</sup> Nos verbetes são registrados, também, aspectos dos topônimos que os integram à sociedade e à cultura a que pertencem, como se apresentam a seguir.

#### III.1 - Vila<sup>8</sup> > Cabeça de Comarca<sup>9</sup>

V<sup>a</sup> DO PRINCEPE<sup>7</sup> / V<sup>a</sup> DO PR<sup>e</sup><sup>8</sup> - Axiotopônimo<sup>10</sup> • *português* < *latim* • Com o nome de Vila do Príncipe, o arraial de Lavras Velhas do Serro ou arraial do Ribeirão das Lavras Velhas é elevado a vila por Dom Brás Baltazar da Silveira, em 29 de janeiro de 1714, a 5<sup>a</sup> vila mais antiga de Minas.<sup>11</sup> Denominações posteriores: *Serro do Frio*, *Serro Frio*, *Serro*<sup>12</sup> (1838 - Lei 94, de 6/3/1838)<sup>13</sup>. Atualmente, sede municipal, situa-se na microrregião de Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana. Adjetivo pátrio: serrano.

#### III.2 - Vilas<sup>7</sup> > Vilas<sup>8</sup>

V<sup>a</sup>. DO FANADO<sup>7</sup> - Animotopônimo<sup>14</sup> • *português* < *origem não esclarecida* • Nomeia antiga Vila onde, hoje, situa-se a sede do município de Minas Novas, microrregião de Diamantina, mesorregião do Jequitinhonha. Pode significar aquilo “que não tem bastante largura” (HOUAISS, 2001); “escasso, miserável ou pobre, fracassado” (BLUTEAU, 1712). O termo remete ao rio Fanado e esse, por extensão, à região. Denominações posteriores: *Minas Novas do Fanado*, *Fanado das Minas Novas*, *Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí*, *Nossa Senhora do Bom Sucesso*, *Bom Sucesso*, *Minas Novas*<sup>15</sup> (1840 - Lei 163, de 9/3/1840). Adjetivos pátrios: minas-novense, fanadeiro.

<sup>7</sup> Essas definições que correspondem ao estatuto político-administrativo de um assentamento da população da Capitania de Minas Gerais podem variar, segundo o autor: seja, em razão de uma real mudança – como a elevação de um arraial à condição de arraial freguesia, com a instalação de uma paróquia, ou à condição de vila; seja em razão da perda do *status* anterior, o que não era incomum, principalmente em se tratando das freguesias. Algumas vezes, as mudanças de classificações ocorrem, supõe-se, devido a maior ou menor fidedignidade das fontes dos dados utilizados pelos autores ou em razão de diferenças conceituais. Essas diferenças não prejudicam, porém, a análise realizada, uma vez que, neste estudo, as classificações dos topônimos são usadas apenas para apresentá-los ao leitor.

<sup>8</sup> “Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas”, de 1778.

<sup>9</sup> “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais”, de 1804.

<sup>10</sup> Topônimo que remete a títulos.

<sup>11</sup> Sobre as vilas criadas na Capitania de Minas Gerais, segundo COSTA (1963, p.68): 3 datam de 1711, Vila do Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Vila Real do Sabará; 1, de 1713, Vila de São João del Rei; 2, de 1714, Vila Nova da Rainha, hoje Caeté, e Vila do Príncipe, hoje Serro.

<sup>12</sup> Topônimo relativo à geografia física.

<sup>13</sup> Em destaque neste verbete e nos outros a denominação atual da localidade. Esta e outras informações sobre sua situação política-administrativa, segundo: BARBOSA (1995); INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1993) e ESTADO de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (2006).

<sup>14</sup> Topônimo que abrange áreas do psiquismo humano.

<sup>15</sup> Topônimo de índole mineral.

V. DO BOM SUCESSO <sup>8</sup> – Hierotopônimo <sup>16</sup> • *português < latim* • No mapa do século XIX, *Vila do Bom Sucesso* substituiu o topônimo *Vila do Fanado*. Remete a Nossa Senhora do Bom Sucesso, protetora de uma irmandade que teve início em Portugal no século XVI e que chegou ao Brasil no século XVII. Entre seus devotos no Brasil setecentista, consta o Padre Faria que, participando de uma das primeiras bandeiras de desbravamento nos sertões de Minas Gerais, descobriu ouro no local onde se encontra hoje o bairro Padre Faria na cidade de Ouro Preto. Confiando na proteção da Virgem do Bom Sucesso, o vigário bandeirante trouxe uma imagem da Santa em sua ousada expedição e, após o êxito alcançado, ergueu em agradecimento uma pequena capela sob este orago, junto aos veios auríferos. Após a retirada do Padre Faria de Vila Rica, grande escândalo abalou a ermida, que foi interditada devido ao assassinato de um sacerdote dentro da igreja, quando celebrava a Missa. Os fiéis construíram um outro templo, dedicado à sua Padroeira, conhecido atualmente como a "Capela do Padre Faria". Devido ao êxito da "bandeira" do Padre Faria, a Senhora do Bom Sucesso passou a ser invocada também como Protetora dos bens terrenos, não perdendo, entretanto, seu antigo caráter protetor. O culto espalhou-se pelo Vale do Paraíba e na região das Minas Gerais, onde os santuários mais famosos encontram-se nas cidades de Caeté, Bom Sucesso e Minas Novas.

### III.3 - Paróquia <sup>7</sup> > Arraial <sup>8</sup>

ÁGUA SUJA <sup>7</sup> / ÁGUA SUJA <sup>8</sup> – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *português < latim* • Segundo BARBOSA (1995, p. 48), *Água Suja* é um dos arraiais surgidos pelas explorações do sertanista Sebastião Leme do Prado e outros, no Serro Frio. Sobre topônimos compostos com o vocábulo água, afirma DICK (1990, p. 251-252): “[...] surgem na hidrotoponímia brasileira, com expressivos índices de exemplificação, as fontes, os olhos d’água, os lagos, as lagoas, e a própria *água*, em formas compostas: Água Azul, Água Bela, Água Bonita, Água Clara, Água Doce, Água Boa”. De acordo com SENNA (1926, p. 197), “com a palavra ‘água’ muitos locais mineiros se compuseram, dentro da nossa língua, segundo o falar brasileiro”. Bastante comum é o termo água estar ligado a locais de mineração. Denominações posteriores: *Água Limpa, Berilo* <sup>15</sup> (1838 – Lei 94, de 6/3/1838). Situa-se na microrregião de Capelinha, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: berilense.

CHAPADA<sup>7,8</sup> – Geomorfotopônimo<sup>12</sup> • *português < origem desconhecida* • Termo não registrado por BLUTEAU (1712), nem por MORAIS E SILVA (1813). BEAUREPAIRE-ROHAN (1889) diz que a “[...] No Planalto de uma região podem-se observar montanhas e serras; a *chapada* é, pelo contrário, uma perfeita planície, ainda que de extensão limitada.” Registramos *Chapada* como denominações anteriores para a Paróquia (século XVIII) e o Arraial (século XIX) onde hoje se situa o município *Chapada do Norte* <sup>12</sup> (1962 – Lei 2764, de 30/12/1962), microrregião de Capelinha, mesorregião de Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: chapadense.

<sup>16</sup> Topônimo que se refere a nomes sagrados.

<sup>17</sup> Topônimo relacionado à água.

### III.4 - Paróquia <sup>7</sup> > Arraial Freguesia <sup>8</sup>

**COMCEIÇÃO <sup>7</sup> / CONCEIÇÃO <sup>8</sup>** – Hierotopônimo <sup>16</sup> • *português < latim* • Segundo BARBOSA (1995, p. 91-93), em 1703 o topônimo *Conceição* já nomeava capela no município hoje conhecido como *Conceição do Mato Dentro* <sup>16</sup> (1840 – Lei 17, de 23/3/1840). Motivado pela fé devocional na Virgem Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal desde o ano de 1646, este topônimo se manteve nomeando parte do território do Serro. Posteriormente, o nome *Conceição do Serro* foi parcialmente alterado para *Conceição do Mato Dentro* (adoção do nome: 1943 – D.L. 1058, de 31/12/1943) e encontra-se situado na microrregião homônima, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Adjetivo pátrio: conceicionense.

**IRACAMBIRA <sup>7</sup> / ITACAMBIRA <sup>8</sup>** – Litopônimo <sup>15</sup> • *indígena (tupi)* • De *ita*, ferro; *acambira* (osso erguido): complicada formação descritiva de uma forquilha de ferro (SILVEIRA BUENO, 1998, p. 168). Atualmente, sede municipal (Lei 2764, de 30/12/1962), situada na microrregião de Grão Mogol, mesorregião Norte de Minas. Adjetivo pátrio: itacambireense.

**R<sup>e</sup> PARDO <sup>7</sup> / QUARTEL RIO PARDO <sup>8</sup>** – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *português < latim* • Segundo BARBOSA (1995, p. 285) *Rio Pardo* é uma das antigas paróquias, hoje pertencente ao então território mineiro. Na época de sua instalação, no século XVIII, a paróquia e a freguesia pertenciam à Bahia, localizando-se em terras do Conde da Ponte. No início do século XIX, de acordo com o mapa de Miranda, registra-se o topônimo *Quartel Rio Pardo*, um sinal da ampliação das “guardas e patrulhas de soldados”, na região, posteriormente ao século XVIII. O município que foi emancipado em 1831 e passou a adotar o nome *Rio Pardo de Minas* <sup>17</sup> em 1943 (D.L. 1058, de 31/12/1943), está situado na microrregião de Salinas, mesorregião Norte de Minas. Adjetivo pátrio: rio-pardense.

**R<sup>e</sup> VERMELHO <sup>7</sup> / R. VERMELHO <sup>8</sup>** – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *português < latim* • BARBOSA (1995, p. 288) diz que a paróquia de *Rio Vermelho* foi instituída por provisão de 5 de abril de 1810, mas a carta geográfica consultada já apontava a existência dessa paróquia em 1778. É atualmente sede municipal (D.L.148, de 17/12/1938), situando-se na microrregião de Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Adjetivo pátrio: rio-vermelhense.

### III.5 - Paróquia <sup>7</sup> > Capela <sup>8</sup>

**MORRINHOS <sup>7,8</sup>** – Geomorfotopônimo <sup>12</sup> • *português < origem incerta* • Segundo BARBOSA (1995, p. 200) *Morrinhos* é um dos mais antigos arraiais das margens do São Francisco. Esse autor menciona, também, que o local onde se situa *Morrinhos* não tem nada a ver “com o bandeirante e guerreiro” *Matias Cardoso*<sup>18</sup> – topônimo que desde 1923 (Lei 843, de 7/9/1923) substituiu o nome dessas antigas paróquia e capela que, atualmente, situa-se na microrregião de Januária, da mesorregião Norte de Minas. Adjetivo pátrio: matiense.

<sup>18</sup> Topônimo relativo a nomes próprios individuais.

### III. 6 - Capela <sup>7</sup> > Quartel <sup>8</sup>

**SÃO GONL<sup>7</sup> / S. GONÇALO<sup>8</sup>** – Hagiotopônimo <sup>19</sup> • *português < latim* • Segundo BARBOSA (1995, p. 314) na divisão administrativa de 1911, *São Gonçalo* já figura com a denominação de *São Gonçalo do Rio das Pedras*<sup>19</sup>. É um distrito do município do Serro, da microrregião de Conceição do Mato Dentro e mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

### III. 7 - Capelas <sup>7</sup> > Capelas <sup>8</sup>

**PEDRAS DO PADRE MANOEL<sup>7</sup> / P. MEL<sup>8</sup>** – Litotopônimo <sup>15</sup> • *português < latim*.

**PEDRAS DOS ANGICOS<sup>7</sup> / PEDRA DOS ANGICOS<sup>8</sup>** – Litotopônimo <sup>15</sup> • *português < latim + origem controvertida (angicos)* • Conforme consta em BARBOSA (1995, p.311), “Pedra dos Angicos foi elevada à categoria de cidade, pela lei Nº 2416, de 5 de novembro de 1877, com a denominação de *São Francisco* <sup>19</sup>. Encontra-se situada na microrregião de Januária, mesorregião Norte de Minas. Adjetivo pátrio: são-franciscano.

### III. 8 - Capela <sup>7</sup> > Arraial <sup>8</sup>

**ARASUAI<sup>7</sup> / ARASSUAI<sup>8</sup>** – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *indígena (tupi)* • Segundo CAPELLE (1980, p. 439), *araçuaí* (ara + açoí + y) significa “rio do tempo encoberto, do chapéu” – nome que foi recebendo alterações e sofrendo mudanças ao longo do tempo: *Mercês do Araçuaí*, *Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí* (1843, Lei Nº 1143 – quando foi elevado a freguesia), *Calabar*, *Mercês de Diamantina*. De acordo com BARBOSA (1995, p. 335), “a mais infeliz de todas as trocas de denominação se verificou em 1923, com a lei Nº 843, que alterou quase toda a toponímia antiga mineira e na qual se notou a preocupação de destruir toda a denominação de origem religiosa; Mercês do Araçuaí passou, então, a chamar-se Calabar. Em 1930, a lei 1160, de 19 de setembro, restituiu-lhe o nome antigo, um pouco alterado; passou a ser Mercês de Diamantina. Com a emancipação do município em 1962 (Lei 2764, de 30/12/1962), o antigo distrito de Diamantina, recebeu o nome de *Senador Modestino Gonçalves*.<sup>10</sup> Está situado na microrregião de Capelinha, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: modestinense.

**BARRA DO RIO DAS VELHAS<sup>7</sup> / BARRA DO R<sup>8</sup> DAS VELHAS<sup>8</sup>** – Geomorfotopônimo <sup>12</sup> • *português < latim* • Segundo BARBOSA (1995, p.142), na confluência do Rio das Velhas com o Rio São Francisco, “surgiu a povoação denominada Barra do Rio das Velhas”; decalque lingüístico de *Guaicuí* – “mulher velha”; conforme aponta Aires de Casal, apud CAPELLE (1980, p. 708), “*Rio das Velhas*, originalmente *Guaycuhy*, que na língua dos aborígenes significa o mesmo .” *Guaicuí* <sup>17</sup> é hoje distrito de Várzea da Palma, município situado na microrregião de Pirapora, mesorregião Norte de Minas.

**COMGONHAS<sup>7</sup> / CONGONHA<sup>8</sup>** – Fitotopônimo <sup>20</sup> • *indígena (tupi)* • Segundo CAPELLE (1980, p. 601), *congonha* é “a erva-mate”. O nome *Congonhas do Norte* <sup>23</sup> foi adotado em 1911 (Lei 556, de 30/8/1911) e o município foi emancipado em 1962 (Lei 2764, de 30/12/1962). Situa-se na microrregião Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Adjetivo pátrio: norte-congonghense.

<sup>19</sup> Topônimo relativo ao nome de santos e santas.

<sup>20</sup> Topônimo motivado por nomes de plantas.

**CORGOS**<sup>7</sup> / **CORREGOS**<sup>8</sup> – Hidrotopônimo<sup>17</sup> • *português* > *latim* • MACHADO (1984) aponta “Corgo” como palavra derivada de “córrego”; segundo ele a variante “Corgo” é topônimo freqüente na Galiza: Corunha, Lugo, Orense.

**GASPAR SOARES**<sup>7</sup> / **GASPAR SOARES**<sup>8</sup> – Antropotopônimo<sup>18</sup> • *persa* + *português* • Segundo BARBOSA (1995, p. 213), *Gaspar Soares* foi um mineiro que viveu na região no início do século XVIII. Com a criação do distrito, o lugar passa a ser designado pelo nome de *Nossa Senhora do Pilar* e, posteriormente, *Nossa Senhora do Pilar do Morro de Gaspar Soares*. Em 1819, adota-se o nome *Morro do Pilar*<sup>12</sup>, que se mantém quando em 1953 (Lei 1039 de 12/12/1953), o município é emancipado. Situa-se na microrregião de Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Adjetivo pátrio: morrense.

**PEÇANHA**<sup>7</sup> / **PECANHA**<sup>8</sup> – Antropotopônimo<sup>18</sup> • *português* > *italiano* • Em BARBOSA (1995, p. 246), mostra-se a motivação do topônimo *Peçanha*: origina-se de João Peçanha Falcão que fez um “descoberto” na região do Serro no ano de 1758. Em 1875 (Lei 2132, de 25/10/1875), cria-se o município de *Peçanha*<sup>18</sup> que se encontra, atualmente, situado na microrregião homônima, mesorregião Vale do Rio Doce. Adjetivo pátrio: peçanhense.

**PIEIDADE**<sup>7</sup> / **PIEIDADE**<sup>8</sup> – Hierotopônimo<sup>16</sup> • *português* > *latim* • À “Nossa Senhora da Piedade, de quem o arraial tomou o nome”, foi erguida uma capela na região de Minas Novas, pouco antes de 1755 (BARBOSA, 1995, p. 358). Piedade, como era conhecida, teve seu nome substituído por *Turmalina*<sup>15</sup> em 1923 (Lei 843, de 7/9/1923). A criação do município, com esse mesmo nome, ocorreu em 1948 (Lei 336, de 27/12/1948). Está situado na microrregião de Capelinha, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: turmalinense.

**S. DOMINGOS**<sup>7</sup> / **SÃO DOM**<sup>8</sup> – Hagiopônimo<sup>19</sup> • *português* < *latim* • Segundo BARBOSA (1995, p. 369), o arraial com o nome de São Domingos data de 1728. **Virgem da Lapa**<sup>16</sup> nomeia o município desde sua criação em 1948 (Lei 336, de 27/12/1948) que está localizado na microrregião de Araçuaí, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: virgolapense.

**SECURIU DE BAXO**<sup>7</sup> / **SUCURIU DE BAIXO**<sup>8</sup> ~ **SECURIU DE SIMA**<sup>7</sup> / **SUCURIU DE CIMA**<sup>8</sup> – Zootopônimo<sup>21</sup> • *indígena (tupi)* + *português* < *latim* • *Sucuriú* é um tipo de sucuri – a sucuri amarela. Origina-se do termo tupi *sucuri-yu* (SILVEIRA BUENO, 1998, p. 321). Esse topônimo foi substituído pelo nome *Francisco Badaró*<sup>18</sup> em 1948 (Lei 336, de 27/12/48) que continuou nomeando a cidade e o município, emancipado em 1962 (Lei 2764, de 30/12/1962), situado na microrregião de Capelinha, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: badaroense.

**TEJUCO**<sup>7</sup> / **TEJUCO**<sup>8</sup> – Litotopônimo<sup>15</sup> • *indígena (tupi)* • “Ty -γuc, água podre, lama, brejo” (SAMPAIO, 1987, p. 329). Famoso arraial, sede da Intendência dos Diamantes, responsável pela administração da extensa área em seu entorno, conhecida como Demarcação Diamantina, criada em 1732, com o intuito de garantir a exploração dos diamantes, segundo os interesses da Coroa portuguesa. Topônimo mudado em 1831 para *Diamantina*<sup>15</sup> (Decreto de 13/10/1831), quando houve a criação do município, localizado, atualmente, na microrregião de Capelinha, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: diamantinense

<sup>21</sup> Topônimo motivado por nomes de animais.

### III . 9 - Registros, guardas e patrulhas de soldados <sup>7</sup> > arraial <sup>8</sup>

**CHAPADA <sup>7</sup> / CHAPADA <sup>8</sup>** – Geomorfotopônimo <sup>12</sup> • *português* < *origem desconhecida* • O nome geográfico *Chapada* submeteu-se a uma mudança parcial em fins do século XIX – *São João da Chapada*. Segundo BARBOSA (1995, p. 317), “o povoado com o nome de Chapada, foi elevado a distrito em 1861, com a lei Nº 1103, de 16 de setembro”. A lei Nº 1999, de 14 de novembro de 1873, determinou a denominação que permaneceu: *São João da Chapada* <sup>19</sup>, distrito do município de Diamantina.

**RIO MANÇO <sup>7</sup> / RIO MANCO <sup>8</sup>** – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *português* < *latim* • BARBOSA (1995, p. 105) diz que “formado o povoado, foi, em 1839, elevado a distrito, com a denominação de Rio Manso [...]”. Em 1938, ainda pertencendo ao município de Diamantina, teve sua denominação mudada para *Couto de Magalhães* <sup>18</sup>, nome que persistiu com a criação do município (Lei 2764, de 30/12/1962), situado, atualmente, na microrregião de capelinha, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: coutense.

### III .10 - Registros, guardas e patrulhas de soldados <sup>7</sup> > capelas <sup>8</sup>

**CONCEIÇÃO <sup>7</sup> / CONCEIÇÃO <sup>8</sup>** – Hierotopônimo <sup>16</sup> • *português* < *latim* • BARBOSA (1995, p. 105) não registra o topônimo “Conceição”, mas sim o “Distrito de Nossa Senhora da Conceição de Extrema”, criado pela lei Nº 1691, de 30 de novembro de 1880. Segundo Barbosa, esse distrito “teve sua denominação mudada para *Cristália* <sup>15</sup>, pela lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923”, quando foi criado o município, localizado, atualmente, na microrregião de Grão Mogol, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: cristaliense.

**GORUTUBA <sup>7</sup> / GURUTUBA <sup>8</sup>** – Litotopônimo <sup>15</sup> • *indígena (tupi)* • BARBOSA (1995, p. 140) registra o topônimo “São José de Gorutuba” como denominação de antigo povoado, elevado a paróquia em 14 de julho de 1832. Em 1923, a forma toponímica voltou a ser Gorutuba, nome que se manteve com a criação do distrito do município de Porteirinha, situado, na atual microrregião de Janaúba, mesorregião Norte de Minas. Segundo SILVEIRA BUENO (1998, p. 133), “Gorutuba” é vocábulo de origem tupi (*curu-tyba*), que significa “o pedregulhal, lugar de muitos pedregulhos”.

**GOUVEIA <sup>7</sup> / GOUVEIA <sup>8</sup>** – Antropotopônimo <sup>18</sup> • *português* • De acordo com BARBOSA (1995, p. 40) o povoado de Gouveia “existia, no termo do Serro Frio, em 1738, e surgiu nas lavras da viúva Francisca de Gouveia”. O município foi emancipado em 1953 (Lei 1039, de 12/12/1953), tendo sempre Santo Antônio como seu padroeiro. Está localizado na microrregião de capelinha, mesorregião Jequitinhonha. Adjetivo pátrio: gouveano.

**PARAUNA <sup>7</sup> / PARAUNA <sup>8</sup>** – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *indígena (tupi)* • Nome tupi cujo significado é “rio preto”; “de *pará*, rio; *uma*, preto” (SILVEIRA BUENO, 1998, p. 265). Com o decreto lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, o topônimo “Paraúna” foi alterado para “Ponte do Paraúna”. Com a lei Nº 2764, da criação do município, novamente alterou-se a denominação para *Presidente Juscelino* <sup>10</sup>. Situa-se na microrregião de Curvelo, mesorregião Central Mineira. Adjetivo pátrio: juscelinense.

**S. CRUS <sup>7</sup> / STA. CRUS <sup>8</sup>** – Hierotopônimo <sup>16</sup> • *português* < *latim* • Segundo MACHADO (1984) *Cruz* é um “topônimo muito vulgar em Portugal, no Brasil e na Galiza”; também o é, complementa esse autor, “em compostos como *Santa Cruz*”, forma muito freqüente em “Portugal, Açores, Madeira, Cabo Verde, Angola e Brasil.”

**SIMÃO VIEIRA** <sup>7</sup> / **SIMÃO VIEIRA** <sup>8</sup> – Antropotopônimo <sup>18</sup> • *português* • Ficava nas proximidades da cidade de Minas Novas – MG, à beira do rio Jequitinhonha, no local onde existiam barcas para a sua passagem (CUNHA MATOS, 1897, p. 462 e 481).

### III.11 - Registros, guardas e patrulhas de soldados <sup>7</sup> > Quartel <sup>8</sup>

**DUAS BARRAS** <sup>7</sup> / **DUAS BARRAS** <sup>8</sup> – Numerotopônimo <sup>22</sup> • *português* • Barra pode ter, como termo geográfico, duas acepções: desembocadura de rio, foz; banco de areia trazido pelos rios.

**CAITE MIRIM** <sup>7</sup> / **CAITEMIRIM** <sup>8</sup> – Fitotopônimo <sup>20</sup> • *indígena (tupi)* • Nome tupi cujo significado é composto de caité (caá-itê) “mato ainda em formação, não crescido, ou mato já desenvolvido, feito” + mirim (pequeno) (SILVEIRA BUENO, 1998, p. 88, 221).

**GALHEIRO** <sup>7</sup> / **GALHEIRO** <sup>8</sup> – Zootopônimo <sup>21</sup> • *português* • Nome dado ao veado.

**INHASICA** <sup>7</sup> / **INHACICA** <sup>8</sup> – Fitotopônimo <sup>20</sup> • *indígena (tupi)* • Segundo SAMPAIO (1987, p. 250), *inhancica* se compõe de “Ynhã-ycica, a resina de esguicho; a resina que escorre. É uma acácia”. Há, ainda, nessa mesma região um ribeirão denominado Inhacica, afluente do rio Jequitinhonha, entre Diamantina e o rio Jequitaiá.

**ITUCAMBIROSÚ** <sup>7</sup> – Litotopônimo <sup>15</sup> • *indígena (tupi)* • Segundo CAPELLE (1980, p. 762), *itacambiruçu* (*itacambi* + *uçu*) significa “forquilha grande de pedra; nome de rio de Minas, afluente do Jequitinhonha”.

**PASSAGEM DA BAHIA** <sup>7</sup> / **PASSAGEM DA B<sup>A</sup>** . (**RIO JEQUITINHONHA**) <sup>8</sup> – Hodotopônimo <sup>23</sup> • *português* • Topônimo que se refere a vias de comunicação.

**PÉ DO MORRO** <sup>7</sup> / **PÉ DO MORRO** <sup>8</sup> – Somatotopônimo <sup>24</sup> • *português* • Nome Geográfico empregado em relação metafórica à parte de baixo do corpo humano.

**RABELLO** <sup>7</sup> / **RABELO** <sup>8</sup> – Antropotopônimo <sup>18</sup> • *português* • Pode ter sido motivado pelo apelido de família do sertanista Francisco Rabelo – “sertanista da Bahia que em 1726 teve patente de mestre de campo para ir ao descobrimento de minas de esmeraldas, nas divisas com Minas Gerais” (FRANCO, 1989, p.329).

**TOCAYO** <sup>7</sup> / **TOCAIOS** <sup>8</sup> – Etnotopônimo <sup>25</sup> • *indígena* • Grupo de indígenas que “participavam do bloco botocudo e povoavam a antiga e larga região de Minas Novas, nas margens do Rio Araçuaí” (JOSÉ, 1965, p. 37).

### III . 12 - Arraial <sup>8</sup>

**CURMATAÍ** <sup>8</sup> – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *indígena (tupi)* • Segundo CAPELLE (1980, 643) esse termo é composto por *curimatá* + *y* = rio dos curimatãs. “Curimatã é peixe de água doce, de carne tenra, mas com gosto de lodo, que vive em lagoas estagnadas”. Atualmente grafa-se *Curimataí*.

**INHAI** <sup>8</sup> – Hidrotopônimo <sup>17</sup> • *indígena (tupi)* • “De Ynhã, a água corrente, a enxurrada; ynhã, aquela que corre”, de acordo com SAMPAIO (1987, p. 249). *Inhai* é distrito de Diamantina.

<sup>22</sup> Topônimo relativo a numerais.

<sup>23</sup> Topônimo que se refere aos caminhos, às vias de comunicação rural e urbana.

<sup>24</sup> Topônimo dotado de caráter metafórico e que tem seus nomes interpretados como designativos em relação analógica às partes do corpo humano ou do animal.

<sup>25</sup> Topônimo relativo a grupos étnicos, tribos isolados ou não.

**RIO DO PEIXE**<sup>8</sup> – Hidrotopônimo<sup>17</sup> • português < latim • MACHADO (1984) aponta os topônimos *Rio* e *Peixe* como sendo freqüentes tanto em Portugal quanto no Brasil.

**RIO PRETO**<sup>8</sup> – Hidrotopônimo<sup>17</sup> • português < latim • Às margens do rio Preto, formou-se um arraial que teve sua primeira capela dedicada a S. Gonçalo (BARBOSA, 1995, p. 132). Atualmente, São Gonçalo do Rio Preto é município, da microrregião de Capelinha, mesorregião Jequitinhonha.

**TAPERA**<sup>8</sup> – Ecotopônimo<sup>26</sup> • indígena (tupi) • “De *tapê*, *tapuera* (*taba+puera*) = o que foi aldeia, ruína; casa engenho, fazenda, núcleos de povoamento abandonados ou em via de desmoronamento” (CAPELLE, 1980, p. 1136). Em 1858, a lei Nº 902, de 8 de junho, elevou o arraial de *Tapera* a Paróquia, passando a se chamar *Santo Antônio da Tapera*. Com a criação do distrito em 1938, a denominação de *Santo Antônio da Tapera* foi parcialmente alterada para *Santo Antônio do Norte*<sup>18</sup> (distrito de Conceição do Mato Dentro, situado na microrregião homônima, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte), de acordo com BARBOSA (1995, p. 307).

**ITAPANHUA CANGA**<sup>8</sup> – Litotopônimo<sup>15</sup> • indígena (tupi) • Forma que remete a “*Tapanhucanga* (tapuia + uma + acanga) = cabeça de negro; minério de ferro, de teor pobre”, conforme afirma CAPELLE (1980, p. 1155). *Itapanhoacanga*<sup>15</sup> é hoje distrito do município de Alvorada de Minas, situado na microrregião de Conceição do Mato Dentro, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

### III. 13 - Capelas<sup>8</sup>

**EXTREMA**<sup>8</sup> – Dimensiotopônimo<sup>27</sup> • português < latim • Que está em uma extremidade ou em um ponto bem afastado. Atualmente, *Ibiaí*, sede municipal, localizada na microrregião de Montes Claros, mesorregião Norte de Minas, que foi criada em 30 de dezembro de 1962 (L. 2764). Adjetivo pátrio: ibiaense.

**ITAMBÉ**<sup>8</sup> – Litotopônimo<sup>15</sup> • indígena (tupi) • Variante de “*itá-aimbé*, a pedra afiada, ponteaguda”. (SILVEIRA BUENO, 1998, p. 169). Atualmente, *Itambé do Mato Dentro* é um município, criado pela Lei 1058 (30/12/1962), situado na microrregião de Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, que já foi chamado de Itacaru, quando em 31 de dezembro de 1943, foi transferido do município de Conceição do Mato Dentro para o de Santa Maria de Itabira. Adjetivo pátrio: itambeense

**S. AN.<sup>10</sup>**<sup>8</sup> – Hagiotoopônimo<sup>19</sup> • português < latim • De acordo com BARBOSA (1995), embora o município de *Santo Antônio do Rio Abaixo*<sup>19</sup> só tivesse se emancipado em 1962 (L. 2764) o povoado com esse mesmo nome já existia desde 1788. Não obstante, no mapa do início do século XIX, encontra-se registrado apenas como Santo Antônio. Situado na microrregião de Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Adjetivo pátrio: rio-abaixense.

**S. DO PORTO**<sup>8</sup> – Hierotopônimo<sup>16</sup> • português < latim • BARBOSA (1995, p. 336) mostra que o “distrito de Senhora do Porto foi criado em 1854”, tendo sido elevado à freguesia em 1856 com “o título de Nossa Senhora do Porto de Guanhões”. Com a Lei de Nº 843, de 7 de setembro de 1923, esse nome foi reduzido para “Porto de Guanhões”. Em 1938, esse topônimo foi novamente alterado para

<sup>26</sup> Topônimo relativo à habitação em geral.

<sup>27</sup> Relativo a extensão, comprimento, largura, dimensão, profundidade.

*Senhora do Porto*<sup>16</sup>. Município em 1953 (L. 1039), situado atualmente na microrregião de Ganhães, mesorregião Vale do rio Doce. Adjetivo pátrio: portuense.

**S. JOÃO**<sup>8</sup> – Hagiotopônimo<sup>18</sup> • *português* < *latim* < *hebraico* • Santo de devoção da igreja católica.

**SANTO ANTÔNIO**<sup>8</sup> – Hagiotopônimo<sup>19</sup> • *português* < *latim* • Segundo MACHADO (1984), o topônimo *Santo Antônio* é bastante comum em Portugal e no Brasil, motivado pela fé no santo da igreja católica. A criação do distrito de *Santo Antônio do Riacho dos Machados* data de 1875, já a redução do nome para *Riacho dos Machados*<sup>17</sup> acontece em 1923 e se mantém com a criação do município em 1962 (L. 2764). Localiza-se na microrregião de Janúba, mesorregião Norte de Minas. Adjetivo pátrio: riachomachadense.

**S. DOM**<sup>8</sup> – Hagiotopônimo<sup>19</sup> • *português* < *latim* • BARBOSA (1995, p. 118) relata que “por volta de 1750, Domingos José da Silva, português, depois de explorar o rio do Peixe, apossou-se de uma sesmaria de mata virgem, perto da atual cidade, aí erigiu a capela dedicada a S. Domingos, tendo mandado vir a imagem de Portugal. Ao redor da capela, formou-se o arraial de São Domingos do Rio do Peixe.” Ao ser elevado a cidade, esse topônimo foi mudado para *Dom Joaquim*<sup>9</sup> (Decreto-Lei 148, 17/12/1938). Situa-se na microrregião de Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte Adjetivo pátrio: dom-joaquinese.

**R<sup>e</sup> PARDO**<sup>8</sup> – Hidrotopônimo<sup>17</sup> • *português* < *latim*.

### III. 14 - Quartel<sup>8</sup>

**ANDAIA**<sup>8</sup> – Fitotopônimo<sup>20</sup> • *indígena (tupi)* • De acordo com SAMPAIO (1987, p. 194), *anda-yá* é variante de *indayá* e significa “copioso em amêndoas”.

**BANDEIRINHA**<sup>8</sup> – Ergotopônimo<sup>28</sup> • *português* < *castelhano* < \**gótico* • Pequena bandeira.

**PICADA**<sup>8</sup> – Hodotopônimo<sup>23</sup> • *português* < *latim* • Segundo SOUZA (2004, p. 249) *picada* “é o caminho estreito aberto nas matas e nos campos cerrados, trilho de penetração para o mais íntimo deles.”

## IV. LEITURA SÓCIO-CULTURAL DA REGIÃO

O inventário realizado contabilizou 95 topônimos, cabendo aos mapas dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, 42% e 58% dos nomes estudados. Observa-se que os topônimos detectados que se mantiveram, ou que substituíram, de maneira total ou parcial, os nomes de lugares dos séculos XVIII e XIX, no século XXI, correspondem a 44 % do total da toponímia pesquisada, compreendendo especialmente às localidades que se classificavam como vilas e arraiais. Do mapa de Rocha, do final do século XVIII, apenas o arraial capela Pedras do Padre Manuel, situado às margens do rio São Francisco, bem ao norte da Comarca do Serro Frio, não foi registrado entre os topônimos atuais, e do mapa de Miranda, os arraiais capelas, além do já citado, os denominados: S. João, situado à sudeste do arraial do Arassuai (Senador Modestino Gonçalves), Sta Cruz e Simão Vieira, próximos à freguesia de Itacambira, nas margens do rio Jequitinhonha, e o de Rio Pardo, localizado próximo ao arraial do Tejuco (Diamantina), no caminho que ligava esse arraial à Barra do Rio das Velhas (Guacuí, distrito de Várzea da Palma).

<sup>28</sup> Refere-se a elementos da cultura material do homem.

A taxa relativa às localidades em que não se encontraram correspondências na toponímia atual diz respeito, por sua vez, aos registros, guardas ou patrulhas de soldados, ou ainda quartéis, tendo em vista sua natureza menos suscetível de evoluírem para assentamentos urbanos mais estáveis. A participação relativa alta desses elementos, principalmente no mais antigo dos mapas pesquisados - 43% e 24%, explica a frequência baixa dos topônimos correspondentes às localidades inscritas no território do Serro desde o século XVIII.

Em relação à origem dos topônimos, observa-se, conforme se apresenta na Figura 1, em 1, que nos séculos XVIII, XIX e XXI, segundo os documentos estudados, predominam os registros de nomes portugueses, seguidos pelos indígenas e, em menor quantidade, híbridos. Embora os resultados referentes aos *corpora* analisados sejam diferentes, para cada uma das categorias citadas, essas diferenças não são realmente significativas. Isso permite afirmar que a tendência observada no estudo é de predominância da toponímia de origem portuguesa, com o decréscimo da que tem origem indígena, mantendo-se estável a participação dos nomes híbridos. Destaca-se que os nomes portugueses compreendem 14 taxes das 27 apresentadas na classificação proposta por DICK (1990a, p. 31), incluindo um número maior de taxes de natureza antropocultural. A propósito dos nomes indígenas, é importante salientar que, com exceção dos etnotopônimos e ecotopônimos - topônimos de natureza antropocultural, todos os outros nomes estudados são de natureza física, motivados por nomes que remetem ao mundo mineral, à hidrografia, à geomorfologia, à vegetação, e à fauna. Os nomes híbridos (indígena + português) de nossos *corpora* são, todos de natureza física, compreendendo referências à vegetação e à fauna. No que se refere à natureza dos topônimos pesquisados, conforme pode ser observado na Figura 1, em 2, verifica-se que há predominância dos nomes de lugares de natureza física sobre os antropocultural, nos três conjuntos de dados pesquisados. Observa-se que é igual a participação de ambas as categorias consideradas, tanto para os dados referentes ao século XIX, como para os do século XXI. Nota-se também que a maior diferença entre os dados de uma categoria e outra é encontrada no *corpora* referente ao mapa do século XVIII.

A distribuição geográfica dos topônimos pesquisados, no território da Comarca do Serro Frio, como pode ser visto nas figuras 2 e 3, mostra, nos mapas do século XVIII e XIX, três regiões definidas em função da densidade das localidades, em que a central -orientada no sentido sudoeste-leste, é a que apresenta o maior número de localidades estudadas, seguindo-se, ao norte daquela, a ocupada com muito poucas, e a situada ao sul, caracterizada, mais propriamente, como um vazio em termos do número dos assentamentos analisados. A par disso, verifica-se que as áreas distinguidas apresentam diferenças em relação à natureza dos seus topônimos, como pode ser visto na Figura 2, comparando-se os registros dos séculos XVIII e XIX, tornam-se esmaecidas ou mais vivas. Nesse sentido, nota-se que a região central assinala a presença de topônimos de ambas as naturezas, acentuando-se nela, nos oitocentos, os antropoculturais, enquanto que a região norte, onde se verificava, nos setecentos, exclusivamente, topônimos de natureza física, registra mudanças com a introdução de topônimos antropoculturais, e, que, por fim, a sul, assinalando apenas um topônimo físico, nos setecentos, contínua, nos oitocentos, exclusivamente com essa taxa.

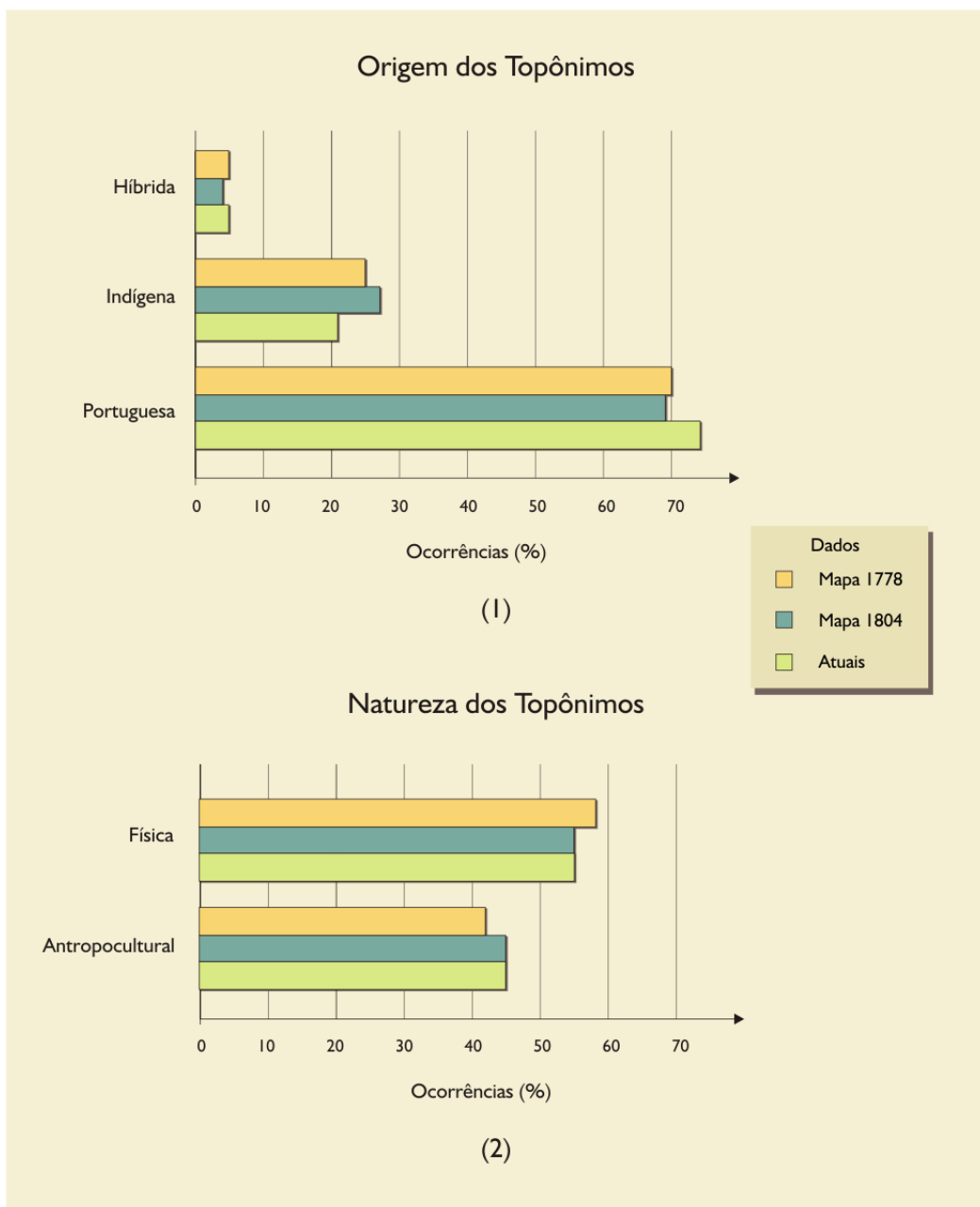


Figura 1 - Origem e Natureza dos Topônimos da Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais e dos Correspondentes Atuais do Território Mineiro

Org.: Santos, M.M.D. Dos; Seabra, M.C.T.; Mouchrek, N.M.

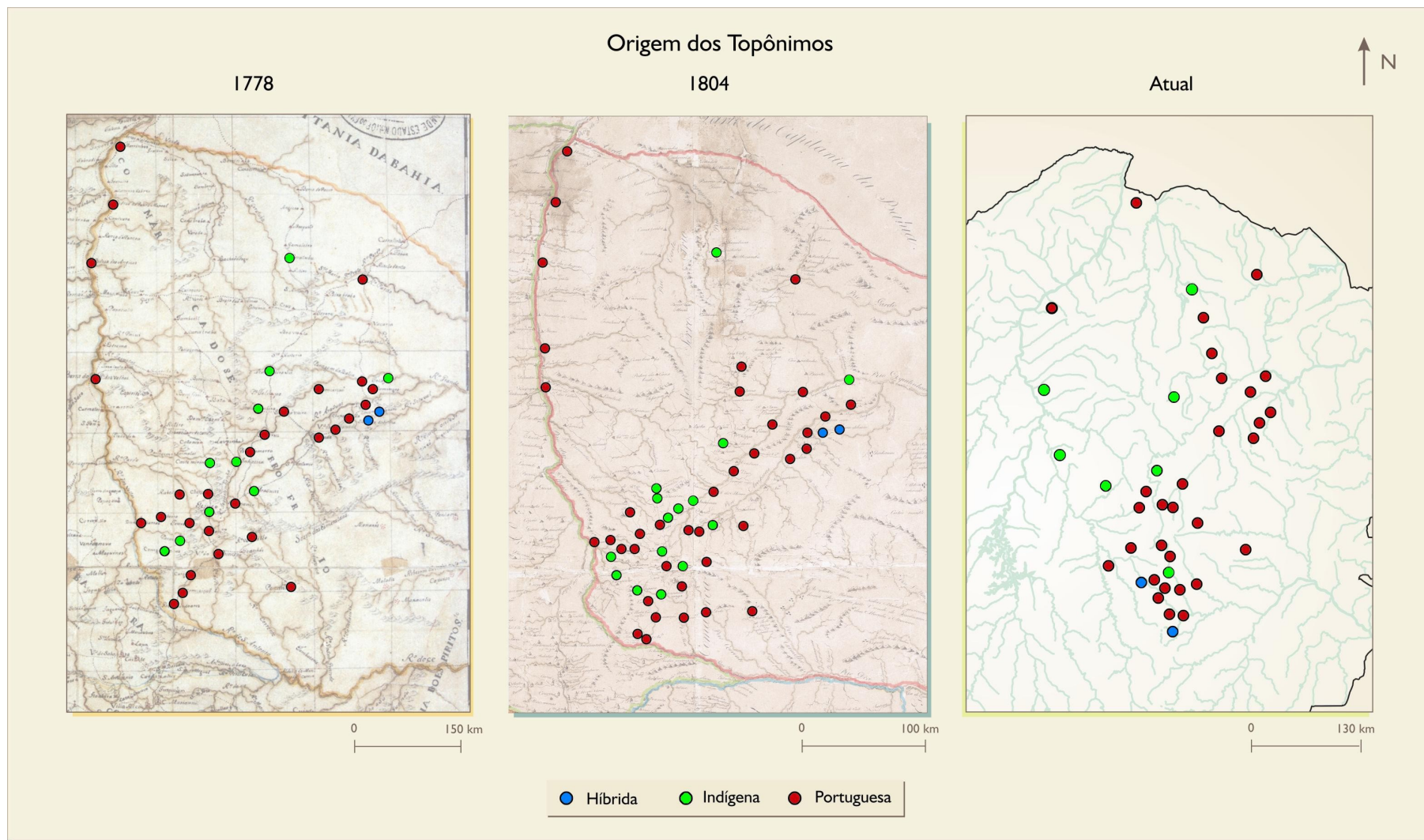


Figura 2 - Origem dos Topônimos da Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais e dos Correspondentes Atuais do Território Mineiro.

Org.: Santos, M.M.D. dos; Seabra, M.C.T.; Mouchrek, N.M.

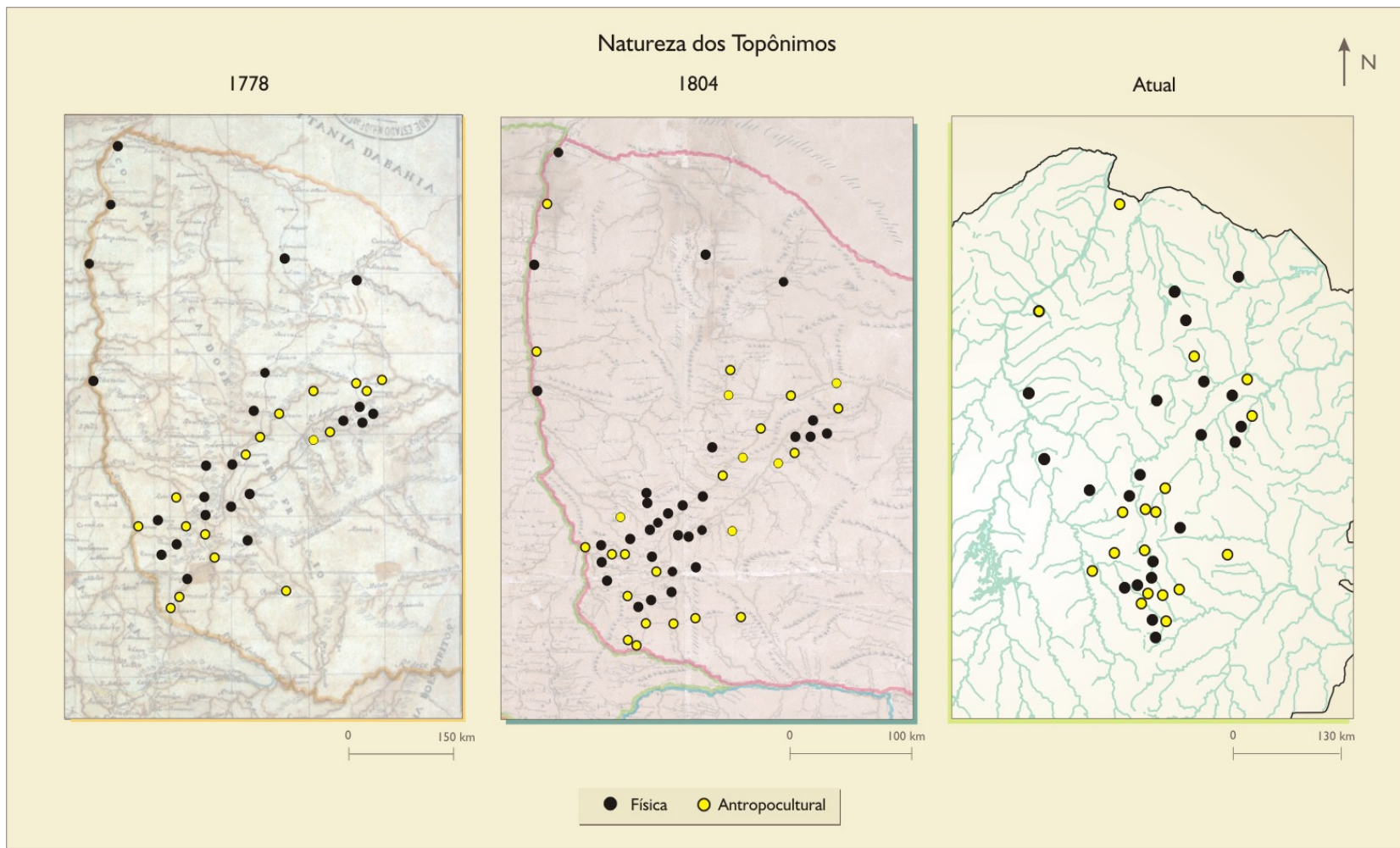


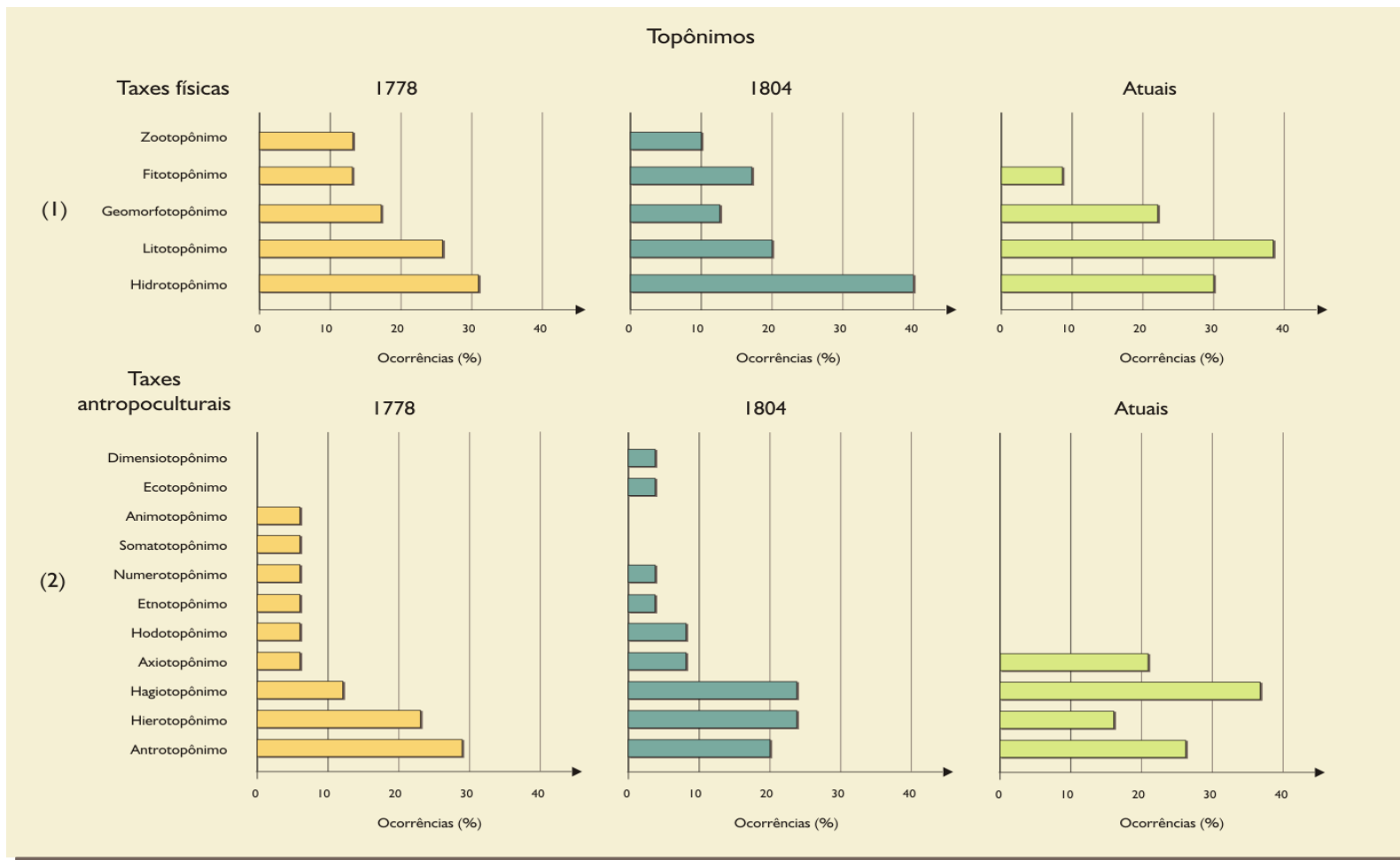
Figura 3 - Natureza dos Topônimos da Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais e dos Correspondentes Atuais do Território Mineiro.

Org.: Santos, M.M.D. dos; Seabra, M.C.T.; Mouchrek, N.M.

Sobre as taxionomias de natureza física, presentes nas referências analisadas, sobressaem, tanto nos corpora do mapa dos setecentos, como o dos oitocentos, os hidrotopônimos, seguidos pelos litotopônimos e os geomorfotopônimos, como se apresenta na Figura 4, em 1. Em cada um desses mapas, as participações dessas taxes, tomadas em conjunto, correspondem, respectivamente, à 84% e à 73%. Os fitotopônimos e os zootopônimos registram, igualmente, a menor participação percentual – 26% das ocorrências, no mapa dos setecentos, e 27% no dos Oitocentos. Na atualidade, verifica-se também que a maior produtividade é assinalada aos hidrotopônimos, litotopônimos e geomorfotopônimos, entretanto, a participação dos litotopônimos supera a dos hidrotopônimos. Além dessa diferença, outra se destaca, qual seja, a ausência de participação de fitotopônimos e zootopônimos.

As taxionomias de natureza antropocultural constantes nos mapas estudados são: animotopônimo, antropotopônimo, axiotopônimo, etnotopônimo, hagiotopônimo, hierotopônimo, hodotopônimo, numerotopônimo, ecotopônimo e somatotopônimo. Em relação a essa categoria, como se pode visualizar na Figura 4, em 2, as taxes mais produtivas dos mapas do século XVIII e XIX - antropotopônimos, hierotopônimos e hagiotopônimos, contabilizam em conjunto, respectivamente, 64% e 68% das ocorrências. Essas taxes têm, entretanto, participações diferentes em ambos os mapas, no mais antigo predominando os antropotopônimos e no mais novo os hierotopônimos e os hagiotopônimos. As demais taxes assinalam participações baixas no mapa dos setecentos e no dos oitocentos, embora, neste último se verifique uma participação mais valorizada de uma taxe que também ganha mais expressão na toponímia atual – a de axiotopônimos. Com referência aos topônimos das localidades que permanecem inscritas no espaço geográfico de Minas Gerais que corresponde ao da Comarca do Serro, além da participação mais significativa da taxe que remete a títulos - homenagens a personalidades ou notáveis naturais da localidade ou da região, já citada, chama a atenção a ausência de participação das taxes – hodotopônimos, dimensiotopônimos, numerotopônimos, ecotopônimos e etnotopônimos, lembrando sempre que esses dados são relativos aos tipos de assentamentos da população serrana pesquisada.

A taxe dos antropotopônimos - predominante no século XVIII, a terceira mais importante no século XIX e a segunda no século XXI, e a dos axiotopônimos, que começa a se destacar no século XIX, na quarta posição, alcançando a terceira no século XXI, demonstram que tinham informações importantes para os homens que ocuparam o território serrano: a primeira mostrando quem era o “proprietário” dessa parte das Minas e a segunda os notáveis da localidade ou região, mercedores de homenagens, embora às vezes impostas. Os nomes sagrados e os nomes de santos que ocupam posições diferentes, mas sempre destacadas, nas referências temporais estudadas, demonstram a fé cristã dos novos “donos da terra”.



**Figura 4 -Distribuição dos Topônimos da Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais e dos Correspondentes Atuais do Território Mineiro, Segundo as Taxas Físicas e Antropoculturais**

*Org.: Santos, M.M.D.dos; Seabra, M.C.T.; Mouchrek, N.M.*

No século XXI, os topônimos correspondentes aos nomes coletados em mapas dos séculos XVIII e XIX sofrem modificações ortográficas, reduções, ampliações, mudanças. Em relação às taxes, pode-se afirmar que predominam os nomes de natureza física em relação aos nomes de natureza antropocultural, como pode ser visto na Figura 4. A toponímia de natureza física conta com litotopônimos (41%), hidrotopônimos (27%), geomorfotopônimos (23%), fitotopônimos (9%). A toponímia de natureza antropocultural registra hagiotopônimos (39%), antropotopônimos (33%), axiotopônimos (15%), hierotopônimos (15%), etnotopônimos (5%).

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dois 02 mapas analisados, notam-se mais similaridades do que diferenças entre os dados analisados e sobre elas ressaltam-se: i) 02 das taxes mais produtivas analisadas, considerando as de natureza física e de natureza antropocultural, são os hidrotopônimos e litotopônimos, que aparecem tanto no mapa do século XVIII quanto na carta do século XIX, embora com pequenas diferenças quanto ao índice de produtividade; ii) em relação as taxes mais produtivas antropoculturais, mapa do século XIX aponta um número maior de *hagiotopônimos*, *hierotopônimos* e *axiotopônimos*, e um menor número de antropotopônimo, em relação ao do século XIX, iii) a língua portuguesa funciona como base lingüística da grande maioria da toponímia em ambos os mapas estudados; v) a participação significativa de registros de topônimos de base indígena no mapa do século XVIII e no do XIX, embora um pouco mais expressivamente neste último; iv) a ausência de topônimos de base africana, tanto em um como outro mapa estudado.

Aspectos geográficos marcantes, possivelmente, motivaram a denominação dos topônimos, destacando-se o que pode ser justificado pelas seguintes particularidades regionais: i) a grande disponibilidade hídrica, referente as bacias hidrográficas do rio São Francisco, Doce, Jequitinhonha e Mucuri, bem como a sua importância para as atividades mineradoras, que parece justificar a produtividade de hidrotopônimos; ii) a riqueza mineral e o trabalho de mineração são apontados pelos litotopônimos que também alcançam grande produtividade; a vegetação de cerrado, apresentando variadas espécies de plantas, parece justificar a *fitotoponímia*, registrando-se que toda ela é de base tupi; iii) elementos da topografia da região registrada pelos geomorfotopônimos.

DICK e SEABRA (2002, p. 64), em seu trabalho sobre os *Caminhos das águas, povos dos rios: uma visão etnolingüística da toponímia brasileira*, afirmavam que “qualquer estudo da toponímia brasileira [...] ainda que em perspectivas diversas e sob distintas orientações ou critérios de análise [...] sempre envolve alguma referência a dois pontos nucleares: a posse do território pelo domínio dos caminhos terrestres e lacustres e a conquista espiritual dos locais”; ao tomar posse dessas novas terras, não só as características físicas da região servem de inspiração para o nomeador – nomes sagrados e de santos católicos são evocados, indicando o reconhecimento do solo, sob a proteção cristã, donde, nos mapas estudados, a frequência dos hierotopônimos e dos hagiotopônimos.

Conforme se observou, os nomes de lugares ultrapassam a mera função nomenclatória; eles refletem o modo de viver de uma sociedade e a maneira dessa sociedade representar os seus valores. É, pois, de acordo com SEABRA (2004, p. 354) “ferramenta e fundamento da experiência humana, transmitindo informações e refletindo a história dos povos”.

## VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, W. de A. (1995), *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Itatiaia, 1995.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de (1889), *Dicionário de vocábulos brasileiros*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- BLUTEAU, D. R. (1712), *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra, Collégio das Artes, 1712 (Vol 1-4).
- CAPELLE, Irmão José Gregório José Cerqueira (1980), *Contribuição Indígena ao Brasil* Belo Horizonte, União Brasileira de Educação e Ensino, 1980 (3 vol.).
- CINTRA, Jorge Pimental e SANTOS, Márcia Maria Duarte dos, *Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804*, inédito.
- Dados retirados de Joaquim Ribeiro Costa (1963, p. 68) – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – volume X, Belo Horizonte – Minas Gerais, 1963
- CUNHA MATTOS, R. J. da. 1897), *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, 1:275 - A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto, 203 - RAPM, 1897.
- DAUZAT, A. ,1926, *Les Noms de Lieux*, Paris, Delagrave, 1926.
- DICK, M. V. P. A. (1990), *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*, São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, M. V. P. A. (1990a), *Toponímia e Antroponímia no Brasil*, *Coletânea de Estudos*, São Paulo, FFLCH/USP, 1990 a (2ªed. ).
- DICK, Maria Vicentina de P. A., SEABRA, Maria Cândida T. C. Caminho das Águas, Povos dos Rios: Uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira. In: *Anais do V Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: v.5, UERJ, p.64-91, 2002.
- ESTADO de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Instituto de Geociências Aplicadas- IGA (2002), *Mapa de Bacias Hidrográficas*, Esc. 1:1 500 000, 2002.
- ESTADO de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Instituto de Geociências Aplicadas- IGA (2006), *Mapa das Mesorregiões Geográficas*, Esc. 1: 1500000, 2006 (7ª ed.).
- FORTES, M.de A. (1722), *Tratado do modo mais fácil e exato de se fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças*, Lisboa, 1722.
- FORTES, M. de A. (1728), *O Engenheiro Portuguez*, Lisboa, 1728 (Tomo I) .
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1993, *As denominações urbanas de minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*, Belo Horizonte, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.
- JOSÉ, Oiliam (1897), *Indígenas de Minas Gerais – aspectos sociais, políticos e etnológicos*, Belo Horizonte, Edições Movimento – Perspectiva, 1897.
- MACHADO, José Pedro (1984), *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, 1984 (3 v.).
- MORAIS E SILVA, A. (1813), *Diccionario da Língua Portuguesa*, Liboa, Typographia Lacerdina, 1813 (2ª. Ed.).
- RESENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. In: ROCHA, José Joaquim da (1995), *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995.

- ROCHA, José Joaquim da (1995), *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995 (5 pranchas).
- SAMPAIO, Theodoro (1987), *O tupi na geografia nacional*, São Paulo, 1987 (5. ed.).
- SANTOS, Márcia Maria Duarte dos et al, *A Capitania de Minas Gerais no início dos oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: Informações fidedignas?*, inédita.
- SAPIR, Edward (1961), *Linguística como ciência – Ensaio*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1961.
- SEABRA, M. C. T. C. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras / UFMG, tese de doutorado, inédita, 2v.
- SENNA, N. de. Nótulas sobre a toponímia geográfica brasílico-indígena em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 20, 1926.
- SILVEIRA BUENO, F. (1998), *Vocabulário Tupi-Guarani Português*, São Paulo, Éfeta, 1998.
- SOUZA, Bernardino José de (2004), *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 2004.